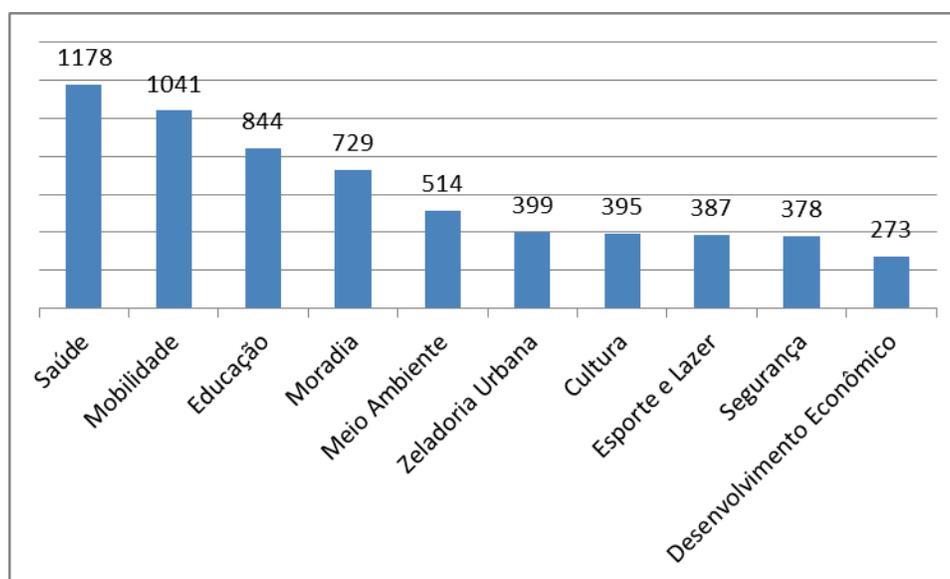


## I – Balanço das Audiências Públicas

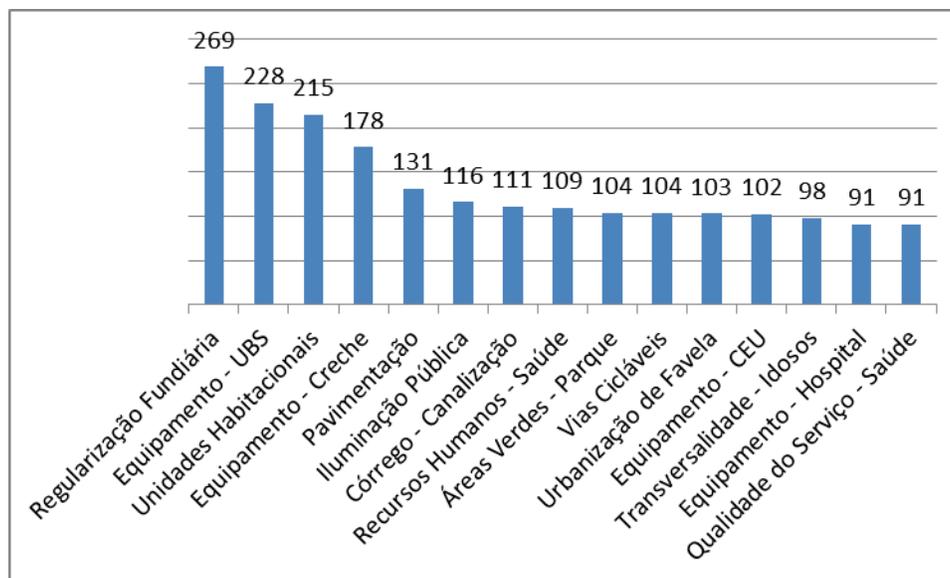
Nas 35 audiências públicas sobre o Programa de Metas realizadas em abril de 2013, foram recebidas 9.489 sugestões. Descontando-se os ofícios repetidos, o total de sugestões recebidas foi de 8.923. Essas sugestões foram sistematizadas e classificadas de acordo com seu tipo – nova meta, detalhamento de meta, ampliação de meta etc. A principal constatação é a grande compatibilidade das sugestões com o Programa de Metas e com as prioridades da gestão atual da Prefeitura. Os quatro principais temas demandados foram exatamente os quatro temas priorizados pelo programa de governo *Um Tempo Novo Para São Paulo*: saúde, mobilidade, educação e moradia.

<Gráfico 1> Os 10 temas mais demandados (por número de sugestões recebidas)



Entre as principais sugestões específicas recebidas, destacam-se as seguintes:

<Gráfico 2> As 15 principais sugestões específicas recebidas (por número de sugestões recebidas)



As audiências públicas também serviram para dar destaque a temas importantes para a população, que estavam sendo planejados pela Prefeitura, mas que não estavam explícitos na primeira versão do Programa de Metas. Políticas públicas para a população idosa, para a população em situação de rua, de segurança alimentar, juventude, políticas sobre drogas, entres outros, foram explicitamente incluídos nesta nova versão. No caso da população idosa, por exemplo, não apenas novas metas, em número de cinco, mas também sua articulação em um novo objetivo estratégico foram incorporados ao programa.

Foram incluídos, também, elementos que ficaram faltando nas Fichas das Metas publicadas na primeira versão do Programa, devido ao tempo exíguo para sua elaboração. Cada meta conta, agora, em sua respectiva ficha, com o cronograma de entrega, os custos de sua implantação, e com sua regionalização. Todo o esforço foi feito no sentido de dar maior transparência à gestão pública e de fornecer à população mais instrumentos para acompanhar o planejamento e a execução das políticas públicas.

## II – Programa de Metas 2013-2016 – Versão Final Participativa

O fio condutor do presente Programa de Metas foi a constatação de que os mais de 11 milhões de paulistanos convivem com uma realidade profundamente desigual e desequilibrada, resultado não apenas do baixo investimento na cidade, mas principalmente de um longo processo de formação histórica no qual a maioria dos governos municipais atuou sem o uso de mecanismos de planejamento. Os investimentos se realizaram de maneira desordenada e com pouca articulação entre os diversos entes e secretarias da própria Prefeitura. As ações ficaram sobrepostas em alguns espaços, enquanto outros continuavam abandonados e os planos de superação das desigualdades perderam-se ao longo do tempo, amarelados nas gavetas da burocracia e da ineficiência. O crescimento explosivo de São Paulo e sua transformação, em poucas décadas, na estonteante megalópole que conhecemos foi um processo que acabou por ocorrer com pouquíssima participação do poder público, produzindo os resultados perversos que todos testemunhamos.

O **Programa de Metas 2013-2016** dá um passo no sentido de mudar essa história. Além de apresentar os principais compromissos de gestão com a construção e melhoria de equipamentos e serviços públicos, o Programa propõe que estes se realizem de acordo com uma estratégia de ação territorial para a cidade de São Paulo, coordenada de maneira transversal pelo conjunto das unidades que compõem a prefeitura.

Na metodologia utilizada para a construção do Programa de Metas 2013-2016, as **metas** referem-se aos produtos concretos que a Prefeitura pretende entregar à população ao longo dos quatro anos de gestão. Tais metas foram selecionadas a partir de um diagnóstico em torno dos **objetivos estratégicos** aos quais elas se relacionam, levando em consideração o benefício efetivo esperado da implementação desses equipamentos e serviços ao munícipe. Portanto, como já adiantado, enquanto verdadeira ferramenta de planejamento público, o Programa de Metas 2013-2016 vai além de listar os compromissos prioritários, mas os organiza segundo seus efeitos esperados sobre o território e em relação à consecução de um determinado objetivo estratégico.

Assim, as **123 metas** do Programa de Metas 2013-2016 estão agrupadas segundo **três eixos temáticos** que se desdobram em **20 objetivos estratégicos**. Além disso, as metas se distribuem no território segundo um modelo de desenvolvimento urbano proposto em **cinco articulações territoriais**. Em sua versão inicial, o Programa era constituído por 100 metas, articuladas em 21 objetivos estratégicos, agrupadas segundo os mesmos três eixos temáticos e distribuídas segundo as mesmas cinco articulações territoriais.

Ao longo do mês de abril de 2013, nas audiências públicas já referidas, a população teve a oportunidade de conhecer essa versão inicial do Programa proposta pela Prefeitura. Na mesma ocasião, a população pôde também conhecer o detalhe das ações previstas para a sua região e contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias propostas, dado que uma grande parte das propostas e sugestões

então feitas foi incorporada à nova versão participativa que foi apresentada à população num novo ciclo de audiências públicas realizado em agosto de 2013.

Para permitir o acompanhamento do Programa de Metas pela população, foram definidos **indicadores** para cada um dos 20 objetivos estratégicos. Os indicadores estão classificados em 3 tipos. Em primeiro lugar, há indicadores de resultados esperados, para os casos em que existe um índice que se espera que seja atingido até o final da gestão. Em segundo lugar, temos os indicadores de acompanhamento, que permitem avaliar aspectos amplos da vida da cidade, influenciados não apenas pelas ações do poder público municipal, mas também de outras instâncias. Nesses casos, pretende-se acompanhar a trajetória do indicador e avaliar em que medida as metas conseguem melhorar ou não os índices. Por fim, alguns indicadores estão ainda em construção, ou seja, ainda não existem ou não estão disponíveis. Estes podem ser tanto de resultado esperado, quanto de acompanhamento.

Considerando a importância do aspecto regional para uma análise estratégica que vise a superação das desigualdades, os indicadores foram, sempre que possível, detalhados por subprefeitura, permitindo o estudo da situação e a avaliação dos impactos das políticas públicas no espaço.

Dos 104 indicadores já levantados para a publicação do Programa de Metas – Versão Final Participativa em outubro de 2013, 18 deles já foram atualizados:

## Indicadores do Programa de Metas 2013-2016

### Legenda Indicadores

IR	Indicador de Resultado Esperado
IA	Indicador de Acompanhamento
EC	Indicador em Construção

### Eixo 1 - Compromisso com os direitos sociais e civis

#### **Objetivo 1: Superar a extrema pobreza na cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos para todos**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza não cadastradas no Cadastro Único(até 1/4 salário mínimo)	unidade	IR; R	31/12/2012	IBGE - CENSO 2010; Projeção SMADS	228.000	0
População em situação de rua	unidade	IA	31/12/2011	SMADS	14.478	
Percentual da população em situação de rua em centros de acolhida	%	IA	31/12/2011	SMADS	53,27	
Volume de microcrédito concedido	R\$	IA	31/12/2012	ADE Sampa - SDTE	EC	

Metas atuais:

1. Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas
2. Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família
3. Implantar 60 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS
4. Implantar 7 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS
5. Garantir 100.000 vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
6. Formalizar aproximadamente 22.500 microempreendedores individuais
7. Ampliar em 20 mil o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos e implantar 3 novos Centros Integrados (CIEJA)
8. Implantar 5 Centros de Referência Especializados para a população em situação de rua (Centros POP)
9. Implantar 2 restaurantes comunitários
10. Implantar 22 Serviços de Acolhimento Institucional à população em situação de rua
11. Implantar 12 novos Consultórios na Rua com tratamentos odontológicos e relacionados ao abuso de álcool e outras drogas
12. Promover ações para a inclusão social e econômica da população em situação de rua
13. Implementar 4 Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolver ações de apoio à agricultura urbana e periurbana

**Objetivo 2: Melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação infantil com a expansão da rede de equipamentos e a criação de 150 mil novas vagas**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Nota do IDEB dos anos iniciais (Ciclo I)	unidade	IR	31/12/2011	MEC	4,80	5,70
Nota do IDEB dos anos finais (Ciclo II)	unidade	IR	31/12/2011	MEC	4,30	5,60
Percentual de alunos alfabetizados na idade certa*	%	IR		MEC	EC	EC
Percentual de crianças atendidas na educação infantil pública	%	IR	01/01/2013	SME	40,80	56,20
Percentual de crianças atendidas na pré-escola pública**	%	IR	01/01/2013	SME	42,40	EC
Percentual de crianças atendidas na creche**	%	IR	01/01/2013	SME	39,50	EC

\*Em construção - Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

\*\* Considerando como base o total de crianças de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo. Considerando a demanda declarada, os índices atuais seriam, respectivamente: 79,9% (educação infantil), 98,6% (pré-escola) e 68,8% (creche) - resultado total esperado 110,1%

Metas atuais:

14. Valorizar o profissional da educação por meio da implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB)
15. Ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino
16. Ampliar a Rede CEU em 20 unidades, expandindo a oferta de vagas para a educação infantil
17. Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil
18. Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)

19. Expandir a oferta de vagas para educação infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias

**Objetivo 3: : Ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Razão de consultas médicas básicas SUS, realizadas em UBS, para cada 100 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	SIASUS e SEADE	65,50	EC
Razão de consultas médicas básicas em urgência SUS, realizadas em UBS, para cada 100 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	SIASUS e SEADE	0,94	EC
Razão de habitantes por cirurgião-dentista SUS (40h semanais)	razão	IR; R	31/12/2012	SCNES e SEADE	15460,00	EC
Razão de leitos para cada 1.000 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	CNES/SMS/SES. SMDU/Ceinfo	2,55	EC
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e um terço da população da mesma faixa etária	razão	IR; R	31/12/2012	SISCOLO e SEADE	0,53	EC
Número de consultas médicas básicas SUS na população com 60 anos ou mais, realizadas por UBS, para cada 100 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	SIASUS e SEADE	105,60	EC
Cobertura de centros de Atenção Psicossocial (CAPS) por 100 mil habitantes	razão	IR; R	30/06/2013	SCNES e SEADE	0,79	EC
Percentual da população coberta pelo Serviço Móvel de Urgência (SAMU)	%	IA	31/08/2013	SCNES e SEADE	EC	EC
Razão de consultas médicas de urgência SUS, realizadas em AMA 24h, UPA, PA, PS e serviços de urgência hospitalares SUS por 100 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	SIASUS e SEADE	84,90	EC
Razão de consultas médicas especializadas SUS, por 100 habitantes	razão	IR; R	31/12/2012	SIASUS e SEADE	77,37	EC
Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade SUS e população	razão	IA	31/12/2012	SIASUS e SEADE	10,90	EC
Razão de mamografias SUS em mulheres de 50 a 69 anos em relação à metade da população da mesma faixa etária	razão	IA; R	31/12/2012	SISMAMA e SEADE	0,28	EC
Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade SUS, para cada 100 habitantes	razão	IA	31/12/2012	SIHSUS e SEADE	3,27	EC
Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade SUS, para cada 100 habitantes	razão	IA	31/12/2012	SIHSUS e SEADE	0,34	EC
Taxa de internações SUS, padronizado por idade, por causas sensíveis à atenção básica, para cada 1.000 habitantes	razão	IA	31/12/2012	SIHSUS e SEADE	6,64	EC
Percentual de exames anti-HIV realizados nos casos novos de tuberculose, para cada 100 habitantes	%	IA; R	31/12/2012	TbWeb	79,70	EC
Percentual de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados por residentes, para cada 100 habitantes	%	IA; R	31/12/2012	TbWeb	79,10	EC
Percentual de mulheres com filhos nascidos vivos, com sete ou mais consultas de pré-natal e com partos ocorridos na rede SUS do MSP, para cada 100 habitantes	%	IA; R	31/12/2012	SINASC	67,90	EC
Número de NIR/NISA habilitados como Centro Especializado em Reabilitação	unidade	IA; R	30/06/2013	SCNES	51,00	EC
Tempo médio entre a solicitação e a realização de consultas médicas especializadas	dias	IA	31/08/2013	SIGA	EC	EC
Tempo médio entre a solicitação e a realização de exames de ultrassonografia	dias	IA	31/08/2013	SIGA	EC	EC
Razão de procedimentos cirúrgicos ambulatoriais em relação às cirurgias hospitalares eletivas	razão	IA	31/12/2012	SIGA e SIHSUS	4,63	EC
Porcentagem de leitos psiquiátricos nos hospitais municipais gerais	%	IA; R	30/04/2012	SCNES	4,60	EC
Percentual de óbitos ocorridos nas internações por infarto agudo no miocárdio (IAM) por residente acima de 20 anos	%	IA	31/12/2012	SIHSUS	12,60	EC
Percentual de internações de cirurgias eletivas dentro o total de cirurgias	%	IA	31/12/2012	SIHSUS	44,80	EC
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	%	IA; R	31/12/2012	SIM e SINASC	11,30	EC
Proporção de absenteísmo de vagas ocupadas (consultas, exames ou procedimentos)	%	IA; R	31/05/2013	SIGA-SAÚDE	21,10	EC
Percentual de nascimentos ocorridos na referência de baixo risco estabelecida pelo SUS	%	IA	31/12/2012	SINASC	33,60	EC
Razão entre consultas médicas básicas (incluindo urgência) realizadas em UBS e consultas médicas de urgência realizadas em UPA, PA, PS, AMA 24h e serviços de urgências hospitalares	razão	IA; R	31/12/2012	SIASUS	0,78	EC

**Metas atuais:**

20. Instalar 32 unidades da Rede Hora Certa distribuídas em cada uma das Subprefeituras
21. Desenvolver o processo de inclusão do módulo do prontuário eletrônico do paciente (PE) na rede municipal de saúde, integrada ao Sistema SIGA
22. Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 novos hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde
23. Recuperar e adequar 16 hospitais municipais, com a ativação de 250 leitos

24. Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 43 novas Unidades Básicas de Saúde - segundo o modelo da UBS Integral
25. Reformar e melhorar 20 Prontos Socorros utilizando o modelo conceitual da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e implantar 5 novas UPAs
26. Implantar 30 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

**Objetivo 4: Ampliar o acesso da população à cultura, por meio de equipamentos e ações, a partir da sua descentralização no território**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2012	Índice 2013	
Equipamentos de cultura disponíveis/100 mil habitantes	razão	IR; R	SMC e IBGE/SMDU-Ceinfo	2,05	2,04	
Número de projetos inscritos em programas de fomento	unidade	IA	SMC	353	1853*	
Acervo disponível nas bibliotecas/habitante	razão	IA; R	SMC e IBGE/SMDU-Ceinfo	0,22	EC	
Vagas disponíveis em programas de formação/100 mil habitantes	razão	IA	SMC	59,76	79,17	

Metas atuais:

27. Construir, requalificar ou reformar 16 equipamentos culturais
28. Alcançar um calendário anual de programação cultural que inclua uma virada cultural no centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade
29. Viabilizar três Centros Culturais de Referência
30. Criar o Programa Cultura Viva Municipal com a ativação de 300 Pontos de Cultura
31. Adaptar e consolidar o Fundo Municipal de Cultura
32. Conceder 300 Bolsas Cultura para agentes culturais da cidade
33. Atingir 160 projetos anuais de fomento às linguagens artísticas
34. Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, nas modalidades 1 e 2.

**Objetivo 5: Garantir acesso a Moradia Adequada**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Déficit habitacional	unidade	IR	31/12/2009	HABISP	227.000	EC
Domicílios com inadequação habitacional urbanística (água, esgoto, eletricidade)	unidade	IR	31/12/2009	HABISP	609.278	EC
Domicílios com inadequação por falta de regularização fundiária	unidade	IR	31/12/2009	HABISP	809.419	EC

### Metas atuais:

35. Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil Unidades Habitacionais
36. Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas
37. Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária

### **Objetivo 6: Implantar um Programa Territorializado de Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2012	Índice 2013	
Taxa de ocorrências de homicídio doloso registradas, por 100 mil habitantes	razão	IA	SSP e IBGE/SMDU-Dipro	12,05	10,31	
Taxa de ocorrências de roubos registradas, por 100 mil hab	razão	IA	SSP e IBGE/SMDU Dipro	994,73	1.109,39	
Taxa de ocorrências de furtos registradas, por 100 mil hab	razão	IA	SSP e IBGE/SMDU-Dipro	1.756,49	1.765,23	
Taxa de ocorrências de furto e roubo de veículos registradas por 100 mil hab	razão	IA	SSP e IBGE/SMDU-Dipro	765,78	869,93	
Taxa de Vitimização de Homicídios por Raça/Cor na população de 15 a 24 anos	%	IA	SIM/SVS/MS e IBGE E MAPA DA VIOLÊNCIA 2012	83,7*	EC	
Total de ocorrências de estupro registradas	unidade	IA	SSP	3197	2.903	
Taxa de atendimento pelo SUS de crianças e adolescentes (< 1 a 19 anos) por violência sexual	razão	IA	Sinan/SVS/MS e IBGE e MAPA DA VIOLÊNCIA 2012	0,63**	EC	
Número de ocorrências de desordem reportadas pela GCM	unidade	IA	SMSU	EC	5734	
Número de atendimentos referente à mediação de conflitos - GCM	unidade	IA	SMSU	202	712	

\*Referente a 2010

\*\* Referente a 2011

### Metas atuais:

38. Ampliar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana em 2 mil novos integrantes
39. Capacitar 6.000 agentes da Guarda Civil Metropolitana em Direitos Humanos e 2.000 em Mediação de Conflitos
40. Instalar 1 Casa da Mulher Brasileira em São Paulo
41. Instalar 1 Casa Abrigo e 1 Casa de Passagem para ampliar a capacidade de atendimento de proteção às mulheres vítimas de violência
42. Reestruturar as Casas de Mediação nas 31 inspetorias regionais da Guarda Civil Metropolitana para promover a cultura de mediação e a solução pacífica de conflitos
43. Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia.
44. Implementar 2 novos espaços de convivência e 8 novos serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência

## Objetivo 7: Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2012	Índice 2013	
Equipamentos esportivos, por 100 mil habitantes	razão	IA; R	SEME	4,35	4,49	

### Metas atuais:

45. Ampliar e modernizar 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e construir 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação
46. Criar 1 Parque de Esportes Radicais
47. Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 24 horas aos finais de semanas nas 32 subprefeituras
48. Requalificar 50 equipamentos esportivos entre Centros Desportivos da Comunidade (CDC)
49. Construir 5 Centros de Iniciação Esportiva (CIE)

## Objetivo 8: Promover, ampliar e qualificar ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Percentual da frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência	%	IR	31/12/2012	SMPED; SPTTrans	59,20	100,00
Déficit de vagas para crianças beneficiárias do BPC	unidade	IA		SMPED	EC	0

### Metas atuais:

50. Tornar acessíveis 850 mil m<sup>2</sup> de passeios públicos
51. Garantir a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em 100% da frota de ônibus
52. Garantir a oferta de vagas a todas as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e seu acompanhamento nos moldes do BPC Escola
53. Efetivar o funcionamento da Central de Libras
54. Revitalizar os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), assegurando a formação de professores e o acompanhamento aos alunos com deficiência matriculados na Rede Municipal de Ensino
55. Implantação de 10 residências inclusivas para pessoas com deficiência
56. Implantação de 5 Centros Especializados de Reabilitação (CER)

**Objetivo 9: Promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Taxa de óbitos de mulheres por agressão, por 100 mil mulheres	razão	IA	21/12/2010*	Sinan/SVS/MS e Seade	2,75	
Relação da renda do trabalho entre homens e mulheres	razão	IA	30/11/2012	PED (RMSP)	1,46	
Incidência da variável " cor não declarada" no Censo Cor/raça da Educação Infantil	%	IR		SMPIR	EC	0,01
Relação da renda do trabalho entre negro/a(s) e não negro/a(s)	razão	IA	30/11/2012	PED (RMSP)	1,58	
Número de atendimentos nos Centros de Referência de Combate ao Racismo	unidade	IR		SMPIR	EC	4.500
Taxas de Vitimização Negra de Homicídios	%	IA	31/12/2010	SIM/SVS/MS e IBGE E MAPA DA VIOLÊNCIA 2012	70,00	
Violações de homofobia denunciadas ao poder público federal	unidade	IA	31/12/2012	SDH	817	
Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes (<0 a 19 anos) por agressão, por 100 mil habitantes	razão	IA	31/12/2011	SIM/SVS/MS e SEADE	5,4	
Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes (<0 a 19 anos) por outras causas externas, por 100 mil habitantes	razão	IA	31/12/2011	SIM/SVS/MS e SEADE	19,33	
Casos de violência doméstica (agressões física, psicológica, maus-tratos e abandono) em crianças e adolescentes (<0 a 17 anos)	unidade	IA	31/12/2012	SIVVA/MS	1744	

Metas atuais:

57. Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
58. Viabilizar a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
59. Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
60. Reestruturar os 5 Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo suas diretrizes de atuação
61. Desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual
62. Implantar a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos
63. Implementar a Educação em Direitos Humanos na rede municipal de ensino
64. Criar a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do Executivo municipal
65. Criar e implantar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia.
66. Fortalecer os Conselhos Tutelares, dotando-os de infraestrutura adequada e oferecendo política permanente de formação

## Objetivo 10: Promover a inclusão e a garantia dos direitos da população idosa

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos por causas externas (agressões), por 100 mil habitantes idosos	razão	IA	31/12/2011	SIM/SVS/MS e SEADE	4,92	
Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos por causas externas, por 100 mil habitantes idosos	razão	IA	31/12/2011	SIM/SVS/MS e SEADE	103,06	
Casos de violência contra idosos (agressões física, psicológica, maus-tratos e abandono)	Unidade	IA	31/12/2012	SIVVA/MS	854	
Taxa de mortalidade precoce de idosos	%	IA; R	2010	SIM/DH. F. SEADE; SES; SMS. Base Unificada de	24,45	

### Metas novas:

67. Implantar 08 novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI)
68. Implantar 15 Centros Dia destinados à população idosa
69. Desenvolver campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa
70. Implantar 5 unidades de Instituições de Longa Permanência do Idoso – ILPI
71. Criar a Universidade Aberta da Pessoa Idosa do Município

## Objetivo 11: Requalificar e promover a ocupação dos espaços públicos

INDICADORES (dados regionalizados)	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Número médio de acessos nas localidades atendidas pelo WiFi aberto, por 100 mil hab	razão	IA		SES	EC	
Eficiência da iluminação pública	lumens/watts	IA	01/01/2013	SES	EC	

### Metas atuais:

72. Requalificar a infraestrutura e os espaços públicos do Centro
73. Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal
74. Implantar 18.000 novos pontos de iluminação pública eficiente
75. Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espriada (com exceção do túnel da Av. Roberto Marinho, criticado pela população)
76. Criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro

## Eixo 2 - Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades

### **Objetivo 12: Promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade de São Paulo**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2010	Índice 2011	
Número de empregos formais/População em Idade Ativa	razão	IA	RAIS e IBGE/Censo	0,41	0,46	
Número de empregos formais fora do centro expandido/População em Idade Ativa fora do centro expandido	razão	IA; R	RAIS, SMDU e IBGE/Censo	0,19	0,25	

#### Metas atuais:

77. Criar e efetivar a Agência São Paulo de Desenvolvimento
78. Criar uma agência de promoção de investimentos para a cidade de São Paulo a partir da expansão da atuação da Companhia São Paulo de Parcerias - SPP
79. Criar e efetivar o Programa de Incentivos Fiscais nas Regiões Leste e extremo Sul

### **Objetivo 13: Promover a cidade de São Paulo como centro de Tecnologia e Inovação**

INDICADORES (dados regionalizados)	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Emprego em setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento	%	IA	31/12/2005	RAIS/MTE CEBRAP	26,3	

#### Metas atuais:

80. Criar 1 Parque Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar e criação do Parque Tecnológico Estadual do Jaguaré
81. Implantar o Programa VAI TEC para o incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas
82. Apoiar a implantação da UNIFESP e do IFSP nas Zonas Leste e Norte, respectivamente

**Objetivo 14: Proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Índice de área verde por habitante	m <sup>2</sup> /hab	IA; R	31/12/2011	SVMA e IBGE/SMDU-Cipro	12,29	
Proporção de prédios novos verdes	%	IA		SF	EC	
Emissão veicular de GEE por veículos	mil toneladas	IA	31/12/2012	CETESB (RMSP)	15327,00	
Contribuição de automóveis para emissões de GEE	%	IA	31/12/2012	CETESB (RMSP)	49,67	

Metas atuais:

83. Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques
84. Concluir as fases II e III do Programa de Mananciais beneficiando 70 mil famílias
85. Criar e efetivar um programa de incentivos fiscais para prédios verdes
86. Readequar e requalificar com ações prioritárias 34 Parques e Unidades de Conservação Municipais
87. Implantar 32 polos de Educação ambiental, capacitando e sensibilizando 120.000 cidadãos
88. Plantar 900 mil mudas de árvores em passeios públicos, canteiros centrais e no Sistema de Áreas Verdes

**Objetivo 15: Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2012	Índice 2013	
Índice de coleta seletiva	%	IR	SES	2,00	1,73	10,00
Material reciclável coletado	tonelada	IA	SES	63.510	66.443	
Material orgânico coletado	tonelada	IA	SES	EC	EC	
Número de catadores incluídos no Programa de Coleta Seletiva	unidade	IA	SES	931	973	
Renda média dos cooperados participantes do Programa	R\$	IA	SES	723,75	771,19	

Metas atuais:

89. Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos
90. Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 4 novas centrais de triagem automatizadas
91. Implantar 84 novos Ecopontos
92. Promover a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos provenientes das 900 Feiras Livres Municipais e dos serviços de poda da cidade

## Objetivo 16: Melhorar a mobilidade urbana universal, dando prioridade aos meios públicos de transporte

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Velocidade Comercial Média dos Veículos do Sistema de Transporte (pico)	km/h	IR	31/08/2012	SPTrans	14,00	25,00
Tempo Médio de Espera para Embarque nos Pontos de Parada Existentes na Extensão dos Corredores Exclusivos Monitorados	min	IA	31/11/2011	SPTrans	9	
Tempo Médio de Percurso das Linhas do Sistema de Transporte Coletivo (bairro-centro/manhã)	min	IA	31/11/2011	SPTrans	65	
Tempo Médio de Percurso das Linhas do Sistema de Transporte Coletivo (centro-bairro/tarde)	min	IA	31/11/2011	SPTrans	70	
Lentidão no trânsito	km	IA	31/12/2012	CET	105	
Índice de mortes no trânsito, por cem mil hab	razão	IA	31/12/2012	CET e IBGE/SMDU-Dipro	10,84	
Índice de mortes no trânsito, por dez mil veículos	razão	IA	31/12/2012	CET	1,67	
Índice de mortes com motocicleta, por dez mil hab	razão	IA	31/05/2012	PRO-AIM e SMS e IBGE/SMDU-Cipro	0,39	
Índice de mortes por atropelamentos, por dez mil hab	razão	IA	2012	PRO-AIM e SMS e IBGE/SMDU-Cipro	0,47	
Taxa de mortalidade de idosos por atropelamento, por 100 mil idosos	razão	IA	2011	SIM/SMS e SEADE	16,29	
Índice de mortes com bicicleta, por 10 mil hab	razão	IA	31/12/2012	CET-SP e IBGE/SMDU-Cipro	0,05	
Índice de mortes de pedestres, por 10 mil hab	razão	IA	31/12/2012	CET-SP e IBGE/SMDU-Cipro	0,48	

### Metas atuais:

93. Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus
94. Implantar as novas modalidades temporais de Bilhete Único (Diária, Semanal e Mensal)
95. Implantar horário de funcionamento 24h no transporte público municipal
96. Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus
97. Implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis
98. Modernizar a rede semaforica
99. Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para a execução do Plano Viário Sul
100. Concluir as obras do complexo Nova Radial
101. Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a ponte Raimundo Pereira de Magalhães
102. Ampliar o Programa de Proteção ao Pedestre atingindo 18 novas grandes avenidas e 14 locais de intensa circulação de pedestres
103. Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a alça de acesso à Marginal da Ponte do Aricanduva

## Objetivo 17: Reduzir a ocorrência de enchentes e alagamentos

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Número de Pontos de Alagamento	unidade	IA	31/12/2011	SMSP e CGE	318	

### Metas atuais:

104. Intervir em 79 pontos de alagamentos por meio do Programa de Redução de Alagamentos – PRA
105. Realizar intervenções de controle de cheias em bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão Redondo, Paraguai/Êguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirão Perus e Paciência e desenvolver o projeto para intervenção nos córregos do Itaim Paulista
106. Desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana

## Eixo 3 - Gestão descentralizada, participativa e transparente

### **Objetivo 18: Aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas**

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Fonte	Índice 2012	Índice 2013	
Percentual de atendimento de solicitações realizado dentro do prazo (156, CACs e Portal)	%	IR	Prodam	44,00	36,53	EC

### Metas atuais:

107. Criar 32 Centros de Atendimento ao Cidadão CAC
108. Ampliar e modernizar os serviços oferecidos por meio do 156
109. Criar a Subprefeitura de Sapopemba
110. Integrar os sistemas de informação dos diversos órgãos municipais (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil) e implantar a Central de Operações da Defesa Civil para a gestão de riscos e respostas a desastres
111. Implantar um Sistema de Informação Geográfica, com dados abertos e livre consulta pelo público
112. Criar 400 Núcleos de Defesa Civil – NUDEC

## Objetivo 19: Promover a participação, a transparência e o controle social na administração pública municipal

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Taxa de participação da população em conferências e audiências públicas, por 100 mil hab	%	IA		EC	EC	
Número de participantes nas conferências municipais da SMDHC	unidade	IA		EC	EC	
Percentual de consultas públicas realizadas online	%	IA		EC	EC	

### Metas atuais:

113. Criar o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Transportes e mais 6 novos Conselhos Temáticos
114. Criar Conselhos Participativos nas 32 Subprefeituras
115. Realizar 44 Conferências Municipais Temáticas
116. Implantar o Gabinete Digital, como instrumento de transparência e participação social
117. Fortalecer os Órgãos Colegiados Municipais, dotando-os de infraestrutura e gestão adequadas para a realização das atribuições previstas em lei
118. Implantar o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo
119. Implementar o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento

## Objetivo 20: Realizar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa

INDICADORES	Unidade de Medida	Tipo	Referência			Resultado 2016
			Data	Fonte	Índice	
Taxa de participação da população em audiências públicas e sugestões online, por 100 mil hab	%	IA		EC	EC	

### Metas atuais:

120. Aprovar o novo Plano Diretor Estratégico
121. Revisar a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
122. Revisar os Planos Regionais Estratégicos
123. Aprovar a Operação Urbana Mooca/Vila Carioca, a revisão da Operação Urbana Água Branca e iniciar os estudos do projeto Arco Tietê.

Para dar destaque aos indicadores do Programa de Metas, está sendo criado o **Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo** (meta 118). Dentre os objetivos do Observatório estão o aprimoramento das formas de participação popular voltadas ao monitoramento das políticas públicas, a ampliação dos mecanismos de acesso à informação, a disseminação e a produção de estudos e informações que facilitem a cooperação entre os órgãos da Prefeitura, além do estabelecimento de indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos previstos na Lei nº 14.173/06.

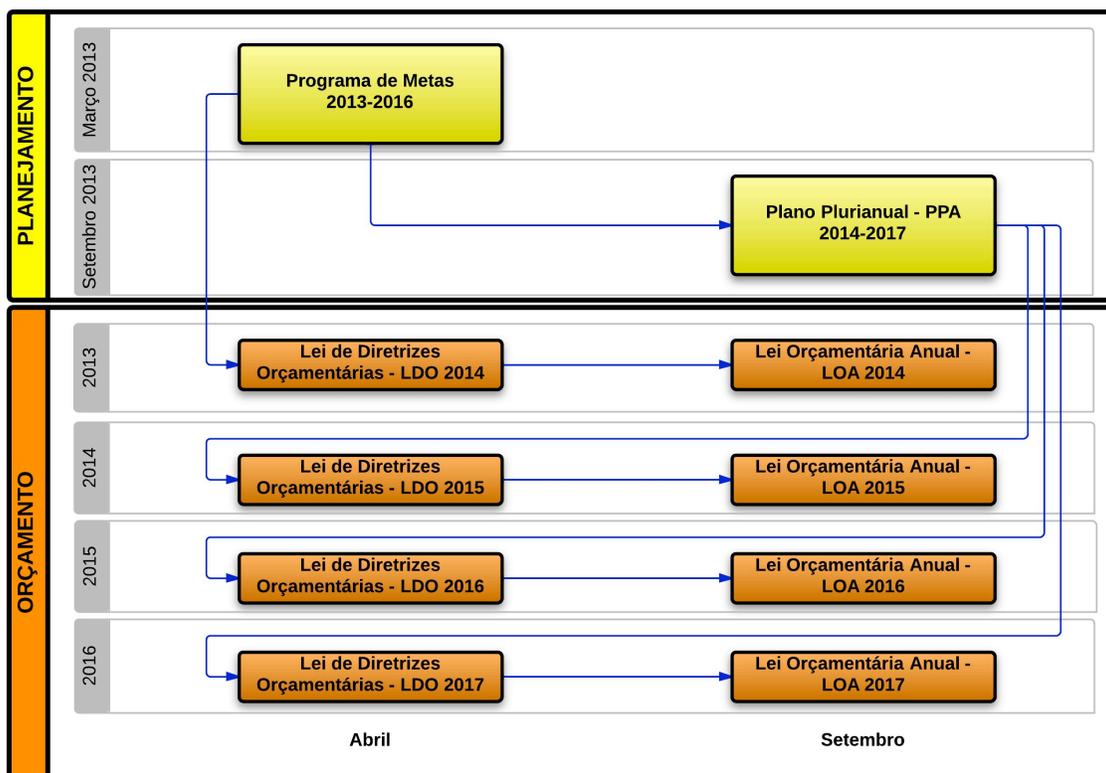
O que buscamos com as novas ferramentas de monitoramento é possibilitar uma análise coletiva da dimensão estratégica do planejamento, revisando não apenas as metas propostas, mas a evolução dos objetivos e indicadores a elas associadas. Entendemos que planejar significa compreender que a ação de hoje é definitiva para o resultado de amanhã e que uma cidade menos desigual depende de iniciativas coordenadas e conscientes a respeito de seus objetivos para o futuro. Mais do que uma lista de compromissos, o Programa de Metas 2013-2016 é um convite para que juntos a Prefeitura e os moradores de São Paulo possamos dar início à implementação de uma política de planejamento participativo e territorializado, rumo à construção da cidade que realmente queremos.

### III – Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento – CPPO

O **Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO)** propõe-se a integrar a sociedade, de modo dinâmico, na discussão e na definição do planejamento e do orçamento do município, visando o atendimento das demandas da cidade.

O ciclo participativo é a forma de garantir a participação popular nos instrumentos municipais de planejamento e orçamento: o Programa de Metas, o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

#### Ciclo de Planejamento e Orçamento:



A partir dessas ferramentas, busca-se a promoção do diálogo aberto entre poder público e sociedade civil, por meio de diversos canais e mecanismos participativos, para que, em conjunto, possa ser definido o melhor para o município e para todos que nele vivem.

#### Primeiros Passos

Os primeiros passos para abrir esse espaço de participação social foram dados em abril de 2013, com a apresentação da primeira versão do Programa de Metas 2013-2016 em 35 audiências públicas.

Numa segunda etapa, efetivada em agosto, a população pôde conhecer as metas por região, já com as alterações geradas a partir das primeiras audiências. Foram realizadas 32 audiências devolutivas – uma geral e 31 nas subprefeituras –, que contaram com a participação de 3.400 pessoas. Nessa rodada, a população pôde conhecer as 123 metas do programa de forma regionalizada, além das novas metas criadas para atender aos temas por ela demandados, como por exemplo, aquelas referentes à população idosa, população em situação de rua, segurança alimentar, juventude, políticas sobre drogas, entres outros, que foram explicitamente incluídos nesta nova versão.

A partir dessa rodada devolutiva, o processo de participação popular consolida-se com a instituição, pela SEMPLA, do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO).

### **Diálogo aberto**

O ciclo participativo vincula-se ao Eixo 3 do Programa de Metas, que trata da gestão descentralizada, participativa e transparente e tem como objetivo primordial assegurar ampla e democrática participação popular e o compromisso firme com a transparência do processo de gestão.

O CPPO dará continuidade ao diálogo entre governo e sociedade civil, promovendo uma extensa agenda de audiências públicas e de encontros de formação participativa para debater e criar mecanismos de acompanhamento e controle social do Programa de Metas, do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos anuais.

Seu objetivo é articular e suscitar a interface entre as diversas instâncias de participação da cidade, garantindo que os mais diversos setores estejam representados tanto no âmbito territorial quanto do conjunto da cidade, de forma a conferir legitimidade às decisões políticas, respeitando os princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa e da justiça social.

No âmbito territorial, a representação da sociedade civil dar-se-á por meio dos Conselhos Participativos Municipais nas 32 subprefeituras, fortalecendo suas atribuições de colaborar com o planejamento e fiscalização das ações e dos gastos públicos de suas regiões.

No âmbito da cidade, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão constituiu, em substituição ao atual Conselho Consultivo do Programa de Metas, o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP), com a missão de efetivar a interlocução entre a população, as representações territoriais, temáticas e setoriais e o poder público, com os objetivos de assegurar as reformulações e repactuações das metas, de obter e produzir informações e de monitorar e fiscalizar a execução do Programa de Metas, do PPA e do Orçamento Municipal.

O CPOP é composto por membros dos Conselhos Participativos Municipais das 32 subprefeituras, por membros dos Conselhos Setoriais do município e por representantes dos segmentos sociais vulneráveis

que ainda não possuem conselhos, como por exemplo, o da população de rua. O poder público também tem assento no CPOP, a fim de garantir o diálogo permanente entre governo e sociedade civil.

O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento contribui para que a gestão pública se aproxime ainda mais dos cidadãos e ganhe mais qualidade, ampliando os processos de democracia participativa na cidade de São Paulo.

Nas Audiências Públicas Devolutivas do Programa de Metas, realizadas em agosto de 2013, a população pôde indicar quais metas entendia como prioritárias para sua região, para posterior avaliação de viabilidade técnica e orçamentária na elaboração do PPA e do Projeto de Lei Orçamentária de 2014. Para qualificar esse debate, foi realizado, em outubro, um seminário sobre o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento, para que a população conhecesse os mecanismos de elaboração e de acompanhamento desses instrumentos de planejamento e orçamento.

Ao longo de novembro de 2013, novas audiências públicas regionais devolutivas foram realizadas, nas quais, além de apresentar os resultados da priorização das metas, a população pode contribuir na definição dos Planos de Obras das Subprefeituras. Além disso, entre outubro e dezembro, a população pode participar das audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal sobre o Orçamento 2014.

Em dezembro, foi realizada a eleição dos representantes para compor o Conselho Participativo Municipal em cada uma das 32 subprefeituras da cidade.

## **IV - As Articulações Territoriais**

As ações de governo – obras, programas ou serviços – modificam as condições de vida e incidem na alteração ou consolidação da lógica de estruturação urbana. O Programa de Metas 2013-2016 e seu conjunto de iniciativas busca uma orientação territorial muito clara: a redução expressiva das desigualdades socioespaciais para a estruturação de uma cidade reconhecida como lugar em que se vive com qualidade e que oferece oportunidades para todos.

A visão enunciada deverá ser reforçada por um novo pacto que garanta uma política urbana em direção à justiça territorial. A revisão participativa do marco regulatório – que inclui revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) e dos Planos Regionais Estratégicos (PREs) – busca criar condições e garantias para que os interesses da coletividade se afirmem e direcionem as políticas públicas municipais. Da mesma forma, regula a produção privada do espaço urbano e consolida os instrumentos para a gestão democrática da cidade.

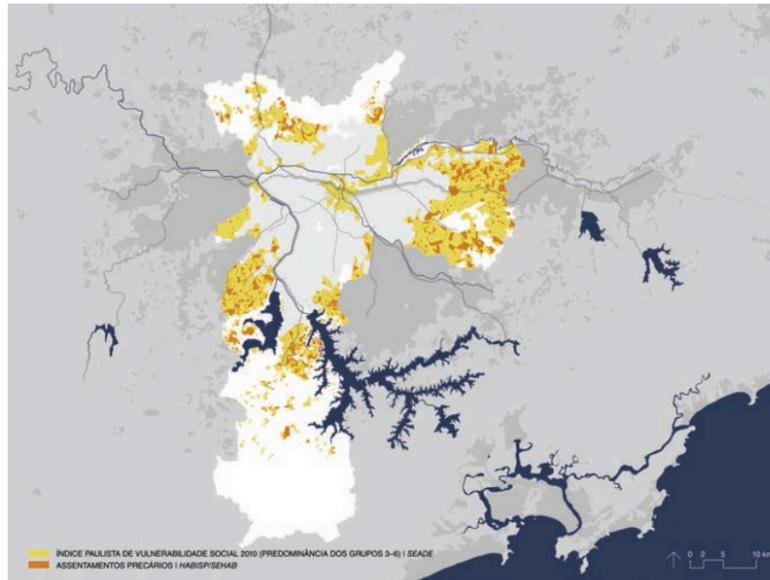
Nesse contexto, destacam-se dois aspectos fundamentais da Emenda 30 à Lei Orgânica do Município: a obrigatoriedade das metas serem regionalizadas e a exigência de que estejam em conformidade com o Plano Diretor vigente. Considerando esses dois princípios e partindo das macrozonas e macroáreas estabelecidas pela Lei 13.430/2002, são propostas **cinco articulações territoriais**:

- 1) Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis;**
- 2) Estruturação do Arco do Futuro;**
- 3) Fortalecimento das centralidades locais e das redes de equipamentos públicos;**
- 4) Requalificação da área central;**
- 5) Reordenação das bordas da cidade.**

As articulações envolvem conjuntos de metas e estabelecem a combinação entre duas dimensões distintas da sua regionalização: (i) a dimensão espacial das ações setoriais, que apontam para territórios adequados para cada política pública; e (ii) a dimensão espacial do novo modelo de desenvolvimento urbano, que aponta a política adequada para cada território. Tal combinação cria bases para que a visão de cidade permeie, além deste Programa de Metas, o conjunto dos instrumentos de compõem o sistema municipal de planejamento e que incidem sobre diferentes temporalidades: os Planos Plurianuais; as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Ao mesmo tempo, permite monitorar e avaliar as ações de governo segundo a lógica territorial proposta. Consolida-se, com isso, um salto qualitativo em direção a uma mudança estrutural na cidade de São Paulo. No que se segue apresentaremos a lógica que presidiu a definição de cada uma dessas cinco articulações, bem como exemplos de metas que as tornarão realidade. Ao final deste volume, no anexo, o leitor interessado encontrará o conjunto das metas que estão associadas a cada uma delas. Como será fácil perceber, há metas que se encontram em mais de uma das articulações territoriais, o que é da natureza desse tipo de organização.

## Articulação 1 - Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis

Ação integrada nas áreas que concentram a pobreza, envolvendo transferência de renda, serviços públicos, inserção urbana e participação política



O resgate da cidadania pressupõe a integração das políticas que atuem em três dimensões distintas e combinadas: (i) vulnerabilidades relacionadas às condições de vida das famílias – tais como insuficiência de renda e precária formação educacional; (ii) questões relacionadas à inserção urbana dos domicílios – insegurança na posse, falta de saneamento básico, de iluminação pública e de mobiliário urbano; (iii) iniquidade no acesso aos serviços públicos e insuficiência nos canais de participação e controle social. Essas três dimensões sobrepõem-se no espaço e por isso a priorização nas áreas da cidade que concentram os grupos mais vulneráveis marca uma estratégia eficiente de combate à pobreza na cidade.

A reversão desse quadro inicia-se com a execução das metas inseridas no universo das políticas sociais. A melhoria das condições de vida das famílias estará amplamente vinculada às políticas de educação e saúde, cuja capilarização se manifesta em metas como: expansão da oferta de vagas por meio da construção de 243 Centros de Educação Infantil (CEI); construção de 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI); implantação de 43 novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), segundo o modelo de UBS Integral; e a instalação de 32 unidades da Rede Hora Certa. Em todas essas metas prioridade absoluta será dada aos territórios mais vulneráveis. As políticas sociais se fundamentam na presença massiva dos programas de transferência de renda. O cadastramento de 280 mil famílias no Cadastro Único dará condições para que o benefício do Programa Bolsa Família alcance 501 mil famílias (228 mil novas). Também aqui os espaços mais beneficiados serão os territórios vulneráveis, pois é aí que se encontra a maioria das famílias em tal situação. Ao mesmo tempo, destacam-se as ações de proteção básica e especial, como a implantação de 60 Centros de

Referência da Assistência Social (CRAS) e 7 Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

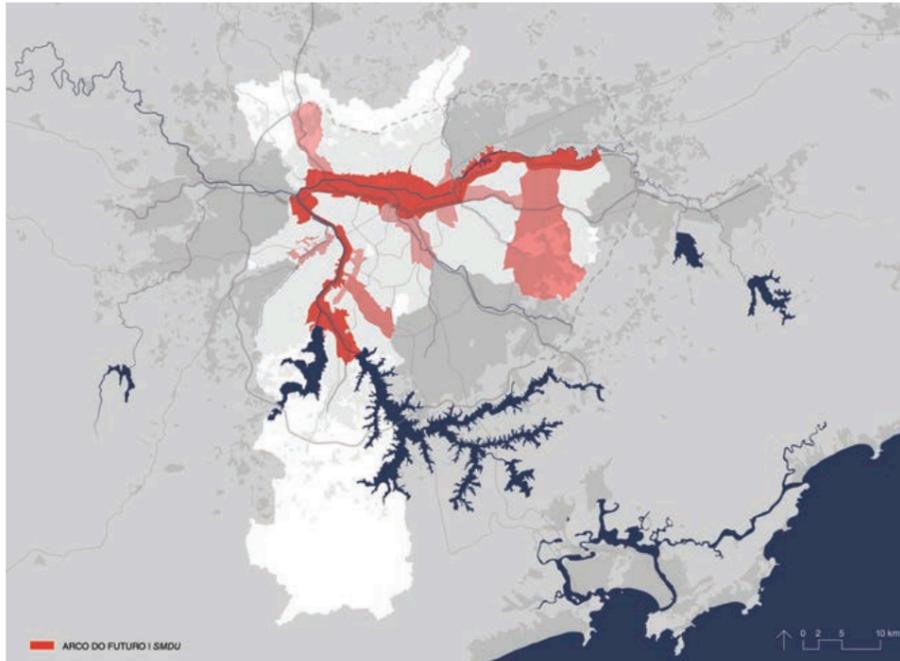
Às ações sociais relacionadas à educação, saúde e assistência, somam-se nesses territórios os investimentos de melhoria na qualidade do *habitat*, seja no combate ao déficit habitacional, com a produção de novas moradias, seja na transformação dos assentamentos precários da cidade pelo programa de urbanização de favelas, seja na garantia de segurança da posse no programa de regularização fundiária. As condições dos bairros estarão relacionadas também à implementação do programa de recuperação de calçadas "Caminho Seguro" e à execução de rotas acessíveis. Ganham ainda destaque a criação de 18 mil novos pontos de iluminação pública e o acesso às áreas verdes, financiadas pelo sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e aquisição de terrenos para parques.

A política de mobilidade, por sua vez, terá como grandes beneficiários os habitantes das regiões mais vulneráveis. Os grandes investimentos, com construção de 150 km de novos corredores de ônibus e a implantação de 150 km de faixas exclusivas terão grande impacto na redução do tempo de deslocamento. As inovações na política tarifária – que será modernizada e terá seu espectro ampliado com o Bilhete Único Mensal e o Semanal farão com que o gasto com transporte público seja reduzido para as pessoas que mais o utilizam. O aumento da oferta de ônibus 24 horas e nos fins de semana permitirá um maior acesso à cidade. A implantação do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, o debate público acerca do edital da nova licitação do transporte público e a abertura das planilhas de custo das empresas são ações no sentido de dar total transparência a esse serviço público essencial para a cidade.

A superação das condições de vulnerabilidade social caminha em direção à afirmação do conjunto dos direitos sociais na medida em que seja vinculada ao fortalecimento dos canais de participação e controle social, com especial destaque à implementação de conselhos participativos nas Subprefeituras. Em função disso, as metas relacionadas a esse objetivo ganham outra dimensão ao serem vinculadas ao conjunto de metas para os territórios precários.

## **Articulação 2 - Estruturação do Arco do futuro**

**Desenvolvimento equilibrado, integrado aos recursos ambientais e com aproveitamento das infraestruturas existentes e das planejadas**



O Arco do Futuro é um território estratégico para alterar o modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo em direção a uma cidade mais equilibrada dos pontos de vista urbanístico, ambiental, econômico e social. Seu perímetro combina três elementos estruturantes no processo de formação da cidade: os dois principais rios, Pinheiros e Tietê, que drenam as principais bacias hidrográficas; a existência das ferrovias, que determinaram a localização das estruturas produtivas ao longo dos séculos XIX e XX, e a presença de antigas áreas industriais, cuja reestruturação abre espaço a um novo aproveitamento pela cidade.

Tais condições devem ser repensadas à luz dos novos ciclos de desenvolvimento. Uma nova conformação deve ser orientada para este território: os terrenos fabris subutilizados devem dar lugar à construção de moradias, atendendo sobretudo a demanda de habitação de interesse social e de mercado popular, e aos novos usos produtivos em função de uma nova geografia econômica e novos requisitos de localização; o sistema ferroviário, cada vez mais voltado ao transporte de passageiros, precisa se articular aos outros sistemas de mobilidade local e metropolitana, incluindo corredores de ônibus, metrô e ciclovias; e as águas e parques, mediados por espaços públicos qualificados, devem se aproximar da vida cotidiana da cidade e, também, mitigar problemas de drenagem urbana e de aquecimento da atmosfera (ilhas de calor).

O adequado aproveitamento desse território marca uma estratégia de longo prazo para São Paulo. Sua viabilização, entretanto, precisa ser encaminhada desde logo para que não se percam as oportunidades de desenvolvimento ordenado da cidade. Nesse sentido, dois conjuntos de estratégias precisam ser encaminhados. Em primeiro lugar, com vistas à ordenação desse espaço, é fundamental regular a sua transformação, ensejada nos planos e projetos urbanos, para que a produção privada seja uma aliada das estratégias desejadas. Em segundo lugar, é preciso ordenar as ações de governo para que os

investimentos públicos na cidade sigam o novo modelo de desenvolvimento urbano. As metas agrupadas nesta articulação territorial marcam, portanto, a conexão de um modelo de longo prazo com o conjunto de ações que serão desenvolvidas no período 2013-2016.

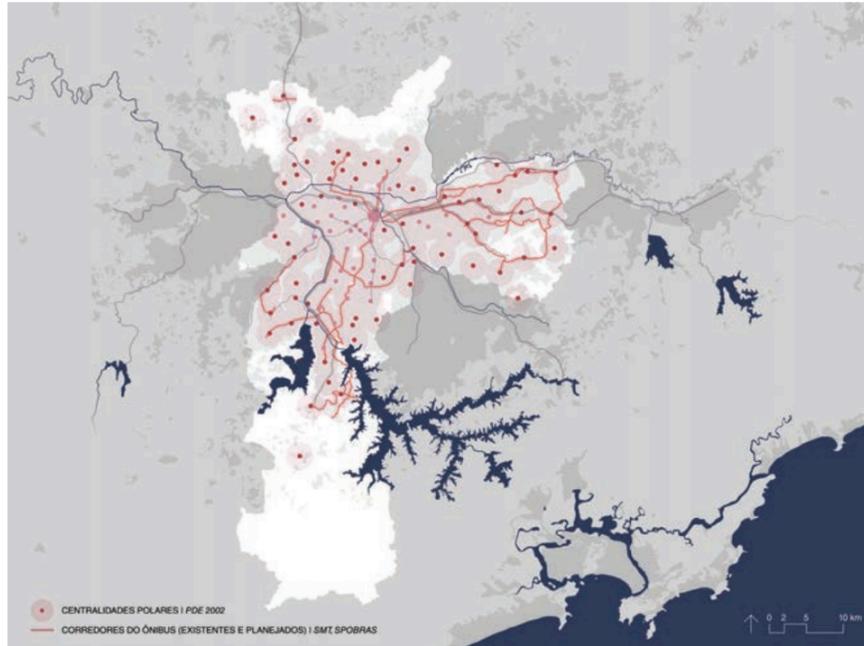
O Arco do Futuro pretende articular processos de transformação urbana de escala macrometropolitana e metropolitana à mobilidade e acessibilidade de escala local, mediante, por exemplo, a articulação de infraestruturas de mobilidade como linhas de trem da CPTM, avenidas expressas e rodovias. Busca-se promover a qualificação desses eixos, hoje barreiras urbanas e meios de deslocamento e passagem, convertendo-os em centralidades lineares e destinos. Ao mesmo tempo, verifica-se a necessidade de expansão desses sistemas, com destacada prioridade ao desenvolvimento da rede de transporte público. Embora não localizadas integralmente no Arco, as metas de construir 150 km de novos corredores de ônibus e implantar horário de funcionamento 24h no transporte público municipal, potencializarão a sua articulação com a cidade e facilitarão sua conexão com áreas com menores índices de emprego por habitante. Da mesma forma, ganha destaque a implementação de diretrizes relativas à mobilidade local, que se traduz principalmente na implantação de 400 km de rotas cicláveis, com sinalização, estacionamento e sistema de empréstimo e de passeios públicos adequados, acessíveis e qualificados. O desenvolvimento de um sistema de mobilidade que articule diversos modais de transporte, permitindo deslocamentos locais e metropolitanos, viabiliza seu melhor aproveitamento, a partir do adensamento de população e empregos.

Para alcançar a desejada qualificação do território do Arco do Futuro e a necessária redução das desigualdades socioterritoriais do município, é imprescindível a diversificação de usos e a adoção de políticas públicas que aproximem moradia e emprego. Dessa forma, parte da meta de produção de unidades habitacionais de interesse social e mercado popular do município será dirigida ao Arco do Futuro. O adensamento pretendido não se restringe à população residente, mas inclui também o aumento da oferta de emprego para que se obtenha redução da distância média de deslocamento diário da população e, conseqüentemente, dos congestionamentos. Para tanto, destaca-se uma série de iniciativas que almejam a dinamização econômica e das oportunidades de desenvolvimento profissional, como a adoção dos programas de incentivos da Zona Leste e o apoio à implantação de instituições de ensino por meio da doação de terrenos para sua construção, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP).

Os espaços públicos de lazer e convivência, a proximidade e o acesso aos recursos naturais (áreas verdes, rios e córregos) são inquestionavelmente benéficos à população e ao meio urbano. No Arco do Futuro, esses elementos aparecem de forma destacada e em diversas escalas: em uma escala ampla, que articula dois importantes patrimônios ambientais do município – as represas Guarapiranga e Billings e o Parque Ecológico do Tietê; na escala local, além da realização de obras de melhoria da drenagem urbana, propõe-se revelar córregos afluentes dos rios Pinheiros e Tietê, aproximando-os do cotidiano da população, por meio da associação entre o tratamento das calhas dos rios e a implantação de parques lineares e espaços públicos qualificados.

### **Articulação 3 - Fortalecimento das centralidades locais e da rede de equipamentos públicos**

#### **Qualificação dos centros de bairros e ampliação, integração dos usos e gestão integrada da rede de equipamentos públicos**



A ampliação e qualificação da rede de centralidades estrutura o modelo de desenvolvimento urbano policêntrico e promove maior equilíbrio na distribuição das ofertas públicas e oportunidades de desenvolvimento local e pessoal. A reversão do modelo atual, de concentração de empregos, infraestrutura e serviços no Centro Expandido (área que concentra hoje 2/3 dos empregos da cidade) requer a implementação de políticas públicas descentralizadas que permitam reequilibrar a oferta de emprego e moradia, aproximar os serviços públicos do cidadão e reduzir a demanda por deslocamentos de longa distância.

A criação de novas centralidades e a qualificação das existentes viabilizam-se pela articulação territorial das diversas ações de governo em núcleos distribuídos por toda a cidade. A expansão da rede de transporte público planejada, a implementação de novos equipamentos sociais, a ampliação e qualificação dos espaços públicos e de participação das comunidades são estruturadoras de políticas públicas que repercutem na escala local.

A revisão do Marco Regulatório é um importante processo para a reversão do atual modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo. O desenvolvimento local, objeto dos 32 Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, encontra na ampliação e qualificação da rede de centralidades e da rede de equipamentos uma relevante plataforma de proposição coletiva. O planejamento territorial começará a ser traduzido pela criação de 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro e a implementação de 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal. O acesso a

esses núcleos será fortalecido e ampliado pela implementação de corredores de ônibus e de faixas exclusivas, cuja articulação com as redes de transporte público existentes permitirá potencializar o desenvolvimento, não apenas dos núcleos, mas do conjunto dos bairros.

A rede de equipamentos públicos servirá de apoio tanto para a maior equidade na oferta de serviços quanto para o estímulo do desenvolvimento local e comunitário. Sua implantação e a interação com o entorno por meio de melhorias urbanísticas ampliam o potencial transformador e permitem que os benefícios reverberem para além dos espaços edificados. Da mesma forma, a integração dos usos e a gestão compartilhada dos espaços conformados como pontos de referência fortalecem a presença pública no território. Articuladas aos equipamentos existentes, a ampliação e a qualificação da rede de equipamentos garantem a integração das diferentes metas e políticas públicas. Nesse contexto, ganham destaque grandes equipamentos de usos múltiplos, a serem construídos ou requalificados como a ampliação da rede CEU em 20 unidades e a requalificação dos Centros Desportivos das Comunidades (CDCs) e Clubes-Escola com seus usos ampliados e gestão aprimorada.

Em relação aos equipamentos culturais, haverá a implantação de pelo menos 1, nos 19 distritos em que hoje eles não se fazem presentes. Serão também viabilizados dois novos Centros Culturais de Referência, e 31 pólos da Universidade Aberta do Brasil – UAB, para a formação de professores. Essas iniciativas, relacionadas à cultura e conhecimento, permitirão, por sua vez, oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal, afirmando o sentido de uma cidade criativa. Ao mesmo tempo criam-se condições para capilarizar o acesso aos serviços e programas relacionados a essas áreas, como os 300 novos pontos de cultura e os 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI).

#### **Articulação 4 - Requalificação da área central**

**Apropriação do centro como referência de toda a cidade, a partir da requalificação dos equipamentos urbanos, dos espaços para pedestres e da habitação social**



A valorização e requalificação da área central partem do reconhecimento do seu profundo significado social, simbólico, econômico e funcional para São Paulo. O enfoque multissetorial na articulação das ações de governo considera dentre as diversas dimensões dessa área: (i) o fato de ser referência de memória e identidade de São Paulo; (ii) o fato de ser patrimônio histórico e cultural, construído por inúmeras gerações, ao longo da formação da cidade; (iii) o fato de ser ponto de encontro, de diversidade e ter localização privilegiada; (iv) sua importância econômica e sua diversificação, expressa tanto pela forte economia popular, como pela multiplicidade e quantidade dos serviços que oferece; (v) o fato de constituir estoque para o desenvolvimento de uma política habitacional para a área central, garantindo diversidade social e de usos e garantindo a aproximação de emprego e moradia, desta feita trazendo moradia para onde os empregos existem.

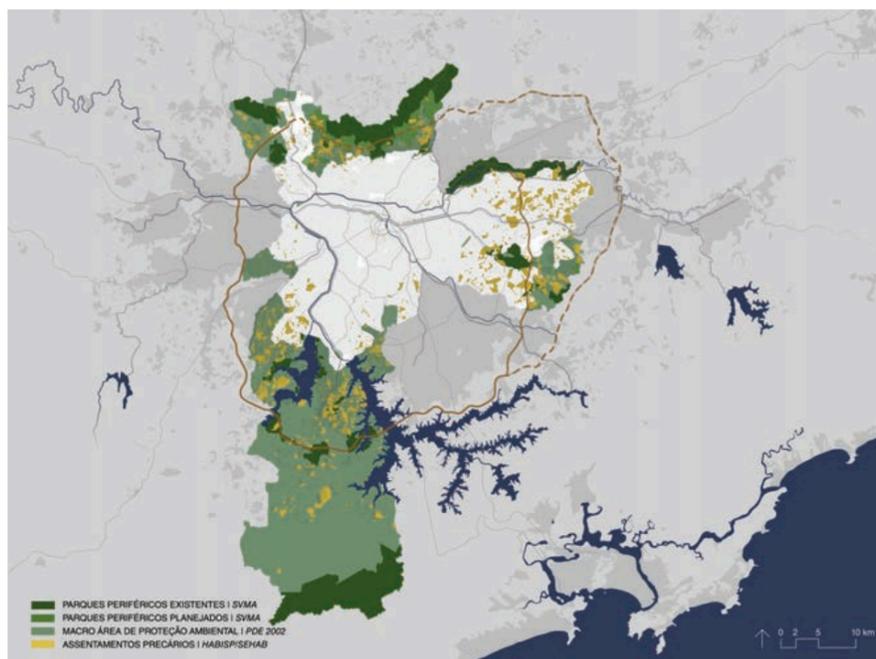
O conjunto das ações previstas busca criar condições para que, cada vez mais, o centro seja apropriado por toda a população. A inteligência das intervenções territoriais e a qualidade do projeto urbano permitirá o fortalecimento dos espaços públicos que articulam todas as dimensões citadas anteriormente. A qualidade das calçadas, a integração dos caminhos que ligam os diversos equipamentos culturais e a remodelação do Anhangabaú privilegiam esses espaços como integradores tanto da coesão social como da diversidade de pessoas e de funções nessa área da cidade.

Um centro voltado a todos passa necessariamente pela estruturação de políticas públicas que consolidem uma produção massiva de habitação social, tanto por meio de novas moradias que utilizem terrenos subaproveitados, como pela readaptação de edificações vazias a serem transformadas em unidades habitacionais. Nesse sentido, e aproveitando a retomada de uma tendência de crescimento populacional positivo, a política de habitação social no Centro articula as metas desse programa, com o compromisso de produzir 20 mil habitações em parceria com o Governo Estadual nos próximos anos.

Os espaços de encontro e conectividade marcam a referência de identidade do Centro. A realização de uma Virada Cultural por ano no centro da cidade, que reforça o sentido de apropriação, pode ser complementada pelos usos integrados dos diversos espaços culturais, para que a população conheça e utilize cada vez esse patrimônio. Ao mesmo tempo implantar áreas de conexão à internet sem fio potencializará o desfrute dessa área, inclusive como destino turístico de brasileiros e estrangeiros. Finalmente, em função da participação significativa das viagens não motorizadas, a implantação das rotas acessíveis e de ciclovias fará do centro, cada vez mais, um lugar de todos.

## **Articulação 5 - Reordenação da fronteira ambiental**

**Articulação de projetos que compatibilizem proteção ambiental, melhoria da qualidade do habitat e criação de oportunidades de trabalho**



A articulação territorial das metas nas Bordas da Cidade visa à ordenação e o desenvolvimento socioeconômico das franjas urbanas, lugar da extrema periferia, que precisa ser qualificada, com forte presença de áreas de interesse ambiental, que precisam ser protegidas e ter seus recursos conservados. Esta ordenação busca gerar novas sinergias a partir da integração de planos, programas e intervenções nessas regiões, considerando os aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais. Isso permite compatibilizar a consecução de três objetivos: (i) a proteção ambiental, por meio da constituição de usos compatíveis à manutenção dos serviços ambientais; (ii) a melhoria da qualidade do hábitat, por meio da implementação de infraestrutura e da reurbanização de assentamentos precários; (iii) e a criação de oportunidades de geração de trabalho e renda, com ênfase no turismo e na agricultura.

As ações estão vinculadas a duas escalas interdependentes: a metropolitana, com ênfase no município, e também a local ou da paisagem. Na escala metropolitana serão identificadas as diversas características, precariedades e oportunidades existentes, bem como a vocação e o potencial de cada região. Esse processo visa dar subsídios à configuração da macrozona de proteção ambiental e estabelecer prioridades para a ação integrada nas Bordas da Cidade. Já a escala da paisagem detalha cada ponto específico de intervenção e sua relação com o entorno. Para cada trecho ou região, serão elaborados planos de gestão e intervenção, com projetos urbanos e planos de negócios capazes de atender às suas demandas específicas.

A criação e a manutenção de Parques Urbanos, Parques Lineares e Unidades de Conservação municipais, bem como a instituição de uma regulamentação que vise ao desenvolvimento social e econômico com conservação de recursos naturais são pontos fundamentais da reordenação das Bordas da Cidade. Da mesma forma, a criação de 400 Núcleos de Defesa Civil intensificarão a presença dos mecanismos de proteção e de controle sobre as áreas de risco.

Ao lado dos planos de negócios e da regulamentação do pagamento por serviços ambientais, haverá espaço para o Programa Bolsa Trabalho, vinculado às atividades nas áreas de interesse ambiental e ao Programa Bolsa Família. Essas áreas contarão ainda com a implementação de atividades culturais e esportivas, por meio do Programa de Valorização da Cultura e da implantação de pontos de cultura e centros esportivos.

Além disso, é essencial focar a precariedade habitacional e urbana existente nas Bordas da Cidade. Haverá regularização de lotes pelo Programa de Regularização Fundiária. Assentamentos precários serão urbanizados e unidades habitacionais, construídas. Isso será complementado por investimentos em infraestrutura, a requalificação dos espaços públicos nos bairros, a melhoria da iluminação pública e da acessibilidade. Serão priorizados os deslocamentos não motorizados e a sua integração ao sistema de transporte público.

A mudança de nome de Fronteiras Ambientais para Bordas da Cidade se deu pela necessidade de abarcar nele os objetivos das várias ações, que são ambientais, urbanas, sociais e econômicas, e para enfatizar a relação intrínseca entre as áreas ocupadas e as áreas livres, pensando que a cidade não possui fronteiras, mas sim, bordas permeáveis, que integram as qualidades inerentes a cada forma de ocupação.

### **Compatibilização entre o Programa de metas e o Plano Diretor**

A compatibilização entre Programa de Metas e Plano Diretor, prevista pela emenda 30 à Lei Orgânica que instituiu o Programa de Metas, constituiu-se em um processo de transição. Nele podem ser encontrados tanto elementos do plano vigente como as sementes para a proposta que seria discutida com a sociedade ao longo de 2013 e que culminou no PL 688/2013, proposta do Executivo para o Plano Diretor que estabelecerá as diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade ao longo dos próximos 10 anos. Nesse contexto, a escolha metodológica foi trabalhar a partir de dois princípios complementares: (i) a busca pelo objetivo síntese do Plano Diretor

vigente, reafirmado pelo projeto de revisão e de redução das desigualdades socioterritoriais; e (ii) a aderência à territorialização desse objetivo por meio das macroáreas e macrozonas, previstas pelo PDE vigente e revisadas pelo processo participativo que culminou no projeto de lei.

As articulações territoriais – apresentadas acima – amarram esses dois princípios no processo de estruturação do Programa de Metas. O PDE vigente já apontava, por exemplo, a macroárea de reestruturação urbana como estratégica para reequilibrar a oferta de moradia e emprego na cidade. Essa macroárea praticamente coincide com a articulação territorial “estruturação do Arco do Futuro”, que por sua vez compõe o PL 688/2013 como macroárea de articulação metropolitana.

Por fim, é importante mencionar que o processo de articulação dos dois instrumentos também possibilitou a inclusão do Programa de Metas no novo PDE, no capítulo a respeito da gestão democrática da cidade. Nele se estabelece um fluxo entre os dois instrumentos por meio do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) e pela proposta de ampliar a periodicidade da avaliação entre a aderência dos dois instrumentos. Dessa forma, o processo de interação resultou em crescentes possibilidades para que se faça a articulação entre programas de estado e programas de governo.

## **V - Os Eixos temáticos**

Além de uma estratégia territorial, o Programa de Metas 2013-2016 também estabelece diretrizes de execução para as iniciativas do poder público que buscam unificar as ações nos diversos territórios, funcionando como eixos integradores. Tais diretrizes estão organizadas em três eixos temáticos:

- 1) Compromisso com os direitos sociais e civis;**
- 2) Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades;**
- 3) Gestão descentralizada, participativa e transparente.**

Cada eixo apresenta um conjunto de objetivos estratégicos que apontam aspectos importantes para a melhoria da vida na cidade de São Paulo. As metas são algumas das iniciativas que possibilitarão o alcance desses objetivos, sendo possível seu o monitoramento através dos indicadores referentes a cada um deles.

### **Eixo 1 - Compromisso com os direitos sociais e civis**

Como já deve ter ficado claro por conta da explanação sobre as articulações territoriais que devem organizar as ações e iniciativas do poder público municipal nos próximos quatro anos, na visão de cidade aqui presente não é concebível imaginar uma reestruturação do espaço urbano e uma reordenação de seu desenvolvimento que não passe por um forte compromisso com os direitos sociais e civis da totalidade da população. Foi precisamente a ausência desse compromisso que produziu o cenário desolador do ponto de vista humano e social que é necessário reverter. Foi com essa convicção em mente que os 11 objetivos estratégicos a seguir foram formulados, bem como foram definidas as metas a cada um deles associadas.

### **Eixo 2 - Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades**

Há hoje praticamente um consenso em torno da ideia de que o desenvolvimento econômico não pode mais ser pensado como puro e simples crescimento do produto e da renda. A forma como se dá esse crescimento torna-se cada vez mais importante, pois um crescimento desordenado pode gerar conseqüências danosas de vários pontos de vista, independentemente de elas serem ou não capturadas pelas estatísticas de valor adicionado. Assim, se é importante que o poder público atue como agente fomentador do desenvolvimento econômico local, buscando a criação de empregos e a adequação tecnológica do município, é, por sua vez, imprescindível que ele atue igualmente como o elemento que monitora esse crescimento, evitando resultados que perpetuem as desigualdades sociais e espaciais, aprofundem os problemas de drenagem e de mobilidade urbana e desequilibrem o meio ambiente. Ao mesmo tempo, o executivo municipal deve tomar iniciativas não só para impedir a continuidade desse crescimento contraditório, como também para reverter decisivamente esses processos. Foi esse o espírito que guiou a elaboração dos 6 objetivos estratégicos que se seguem, bem como das metas a eles associadas.

### **Eixo 3 - Gestão descentralizada, participativa e transparente**

Uma gestão pública com firme compromisso com os direitos sociais e civis e com clareza sobre a necessidade de orientar o processo de crescimento urbano e de desenvolvimento econômico, de modo a evitar o aprofundamento das contradições que o crescimento desgovernado até agora produziu, deve contemplar o diálogo e a participação como método de governo, visando à construção de um sistema municipal de participação social, e um compromisso igualmente firme com a transparência do processo de gestão. Por outro lado, numa cidade com o gigantismo de São Paulo participação e transparência exigem descentralização. Foram esses os princípios que regeram os 3 últimos objetivos deste Programa, bem como as metas que deverão tornar realidade cada um deles.

## **VI – Integração Programa de Metas com o Plano Plurianual 2014-2017**

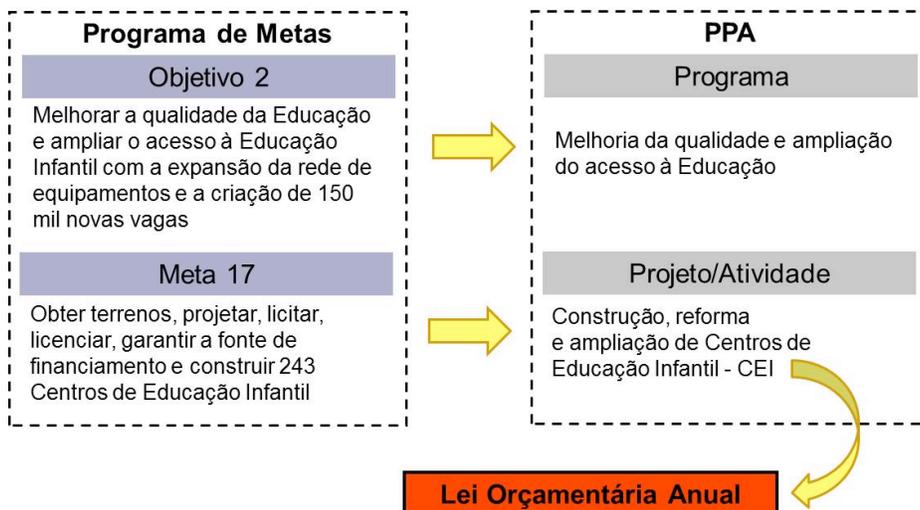
Embora a emenda de criação do Programa de Metas não explicita a sua integração com os outros instrumentos de planejamento orçamentário (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA), a Prefeitura de São Paulo fez questão de articular o máximo possível esses instrumentos, preservando as prioridades do governo e trabalhando em uma estratégia única de investimentos para a cidade, garantindo os recursos necessários para sua execução.

Com o objetivo de resgatar o papel do PPA como um instrumento efetivo de planejamento e orçamento, a Prefeitura do Município de São Paulo realizou um esforço de reestruturação para a elaboração do PPA 2014-2017. Esse processo se iniciou com o estabelecimento do Programa de Metas como a referência para uma revisão geral dos Programas e Projetos/Atividades que vinham sendo utilizados nos PPAs anteriores. A partir dessa análise, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou uma nova proposta de organização programática para o PPA 2014-2017, padronizada e com amplitude global na Prefeitura.

Essa reestruturação foi feita, principalmente, para trazer mais transparência ao planejamento, elaboração e execução do orçamento. Termos técnicos foram traduzidos por ações orçamentárias compreensíveis por leigos, permitindo o acompanhamento da estrutura e da execução do PPA por qualquer cidadão(o). A reestruturação possibilitou, também, a integração do PPA 2014-2017 com o Programa de Metas 2013-2016, ajustando-se os períodos de finalização de cada um e consolidando assim a articulação entre esses dois instrumentos importantes de planejamento e orçamento da cidade de São Paulo. Dessa forma, os Objetivos e as Metas do Programa de Metas 2013-2016 estão refletidos, respectivamente, nos Programas e Projetos/Atividades ou Detalhamentos das Ações (DA) do PPA 2014-2017. Os 20 Objetivos do Programa de Metas se traduziram em 19 Programas do PPA, devido à junção dos Objetivos 11 e 20 no Programa de Requalificação e Promoção dos Espaços Públicos.

As ações orçamentárias (projetos e atividades) foram detalhadas em diversos DAs que informam a qual intervenção específica o orçamento planejado e executado se destina. Por exemplo, a ação 2278 - “Implantação e Requalificação de Corredores” - prevê um detalhamento de ação para cada um dos corredores planejados para os próximos quatro anos. Este detalhamento garante maior transparência no planejamento e execução orçamentários, além de permitir avanços na regionalização dos investimentos, vinculando a ação a um determinado território (subprefeituras e distritos).

**Exemplo da Integração entre o Programa de Metas, PPA e Orçamento:**



Todo esse trabalho tem como objetivo o fortalecimento do planejamento da Prefeitura, por meio da integração entre todos os instrumentos de planejamento e orçamento, o que resultará em maior transparência, melhor gestão das políticas públicas e maior controle social sobre o ciclo de planejamento e orçamento do Município de São Paulo.